

Curriculum Vitae do Professor Doutor Fausto de Quadros

1. Dados pessoais

Nasceu em 1944. Nacionalidade portuguesa.

2. Carreira académica e científica

É Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Licenciou-se em Direito em 1966. Concluiu em 1967 o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, também conhecido por “6º ano” (equivalente à soma dos atuais Mestrados em Ciências Jurídico-Políticas e Jurídico-Económicas). Prestou provas de doutoramento em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, em 1985. Foi contratado como Professor Auxiliar em 1986. Foi aprovado em concurso para Professor Associado em 1988. Prestou provas de Agregação em 1998. Foi aprovado em concurso para Professor Catedrático em 1999. Jubilou-se em 2014. Todos os graus e títulos académicos foram obtidos em provas públicas prestadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e por unanimidade.

Iniciou em 1969 a sua carreira docente como Assistente, com encargos de regência, do Departamento de Direito do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF, hoje ISEG) da antiga Universidade Técnica de Lisboa, hoje Universidade de Lisboa, onde se manteve até 1977. Nesse ano foi admitido, por concurso público, como Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nas menções de Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Económicas, tendo optado pela primeira. Tem continuado a reger *pro bono* disciplinas a nível de Mestrado e Doutoramento na mesma Faculdade.

De 1968 a 1971 prestou serviço militar obrigatório na Reserva Naval.

Como bolseiro da Fundação alemã Alexander von Humboldt foi, de 1979 a 1981, Investigador no Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Munique e no Instituto Max-Planck para o Direito Público Comparado e para o Direito Internacional, de Heidelberg.

Foi Professor Visitante, ao nível de pós-graduação e doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade Robert Schuman, de Estrasburgo, através do Institut d’Hautes Études Européennes et Internationales.

Teve encargos de docência, fez parte de júris de provas académicas e participou em Conferências e Colóquios Internacionais não só em diversas Universidades portuguesas como em muitas Universidades estrangeiras, como, por exemplo, as Universidades de Munique, Heidelberg, Hamburgo, Columbia, Nova Iorque, Berkeley, Washington, Florida, Complutense de Madrid, Barcelona, Salamanca, Santiago de Compostela, Corunha, Valladolid, Sevilha, Montpellier, Paris-Assas, Metz, Nancy, Florença, Sapienza, de Roma, Copenhaga, Utreque, Amesterdão, Leyden, Tilburgo, Belo Horizonte, Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Macau, Hong-Kong, Shangai, Goa, Nova Deli, Agostinho Neto, de Luanda, Bucareste, Praga, Varsóvia, Cracóvia.

Áreas em que lecionou, em que tem obra publicada, em que orientou ou coordenou projetos de investigação ou em que fez parte de júris académicos, em Portugal e no estrangeiro: Direito Constitucional Nacional, Europeu e Global, Direito Administrativo Nacional, Europeu e Global, Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direitos do Homem, História do Direito, Direito (Nacional e Internacional) da Propriedade Privada e do Investimento Estrangeiro,

Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Direito (Nacional, Europeu e Internacional) do Ambiente e dos Recursos Naturais, Direito Mineiro, Direito Nacional e Europeu da Concorrência (incluindo, ajudas do Estado e golden shares), Direito da Organização Mundial do Comércio, Globalização Económica e Jurídica, Arbitragem Nacional e Internacional, Direito Nacional, Europeu e Internacional da Energia (incluindo Direito do Petróleo, do Gás e das Energias Renováveis), Direito do Mar e dos Rios Internacionais, Direito do Jogo.

É associado fundador do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo desde 1986 até 2006 sido seu Vice-Presidente e Coordenador Científico. É associado fundador do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da mesma Faculdade, tendo sido seu Vice-Presidente e Presidente.

De 1987 a 1994 foi, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e por designação do respetivo Conselho Científico, Vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo do Estado-Maior da Armada e, nessa condição, teve participação ativa em muitos procedimentos administrativos de delimitação do domínio público marítimo e no processo legislativo nessa matéria.

Foi presidente ou só vogal de muitos júris, nacionais e internacionais, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, de concursos para a concessão de bolsas de estudo a doutorandos ou pós-doutorados no estrangeiro ou em Portugal. Fez parte de diversos júris internacionais de concursos para a admissão de juristas para órgãos e instituições do Conselho da Europa, das Comunidades Europeias e da União Europeia. Fez parte de vários júris de concursos para a admissão de adidos de embaixada, abertos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Foi Titular ou Coordenador de várias Cátedras e outros Programas Jean Monnet por distinção concedida pela Comissão Europeia. Atualmente é Titular de uma Cátedra Jean Monnet *ad personam* em Direito Constitucional Europeu. Coordenou, em colaboração com o Professor Dusan Sidjanski, da Universidade de Genebra, um Programa de Investigação Jean Monnet intitulado “How shall Europe recover of the economic and financial crisis by the deepening of the European Union?”. Desse Programa resultou a publicação de um livro sob o título “The Future of Europe”, que será adiante referido. Foi também co-Coordenador de um Programa de Investigação conjunto dos Centros de Excelência Jean Monnet das Universidades Complutense de Madrid, Lisboa e Pisa sobre o tema “The European Integration and the Social Market Economy”, do qual resultou a publicação de um livro com aquela epígrafe, que será adiante indicado. Foi, de 2010 a 2015, Diretor e Coordenador Académico do Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Lisboa, subordinado ao tema geral “A União Europeia após o Tratado de Lisboa, o diálogo intercultural e a globalização”. Foi ainda, de 2010 a 2013, Titular de um Módulo Jean Monnet sob o título “Democracia, Cidadania, e Direitos Fundamentais em Direito Europeu e Direito Comparado”. E, por encargo da Comissão Europeia, organizou e coordenou a Conferência Internacional Jean Monnet que em 2011 teve lugar em Lisboa, na Reitoria da Universidade de Lisboa, sobre o tema “Higher Education in the Framework of the 2020 European Union Strategy”.

Foi, entre 2005 e 2016, membro do Conselho Superior do Instituto Universitário Europeu, de Florença, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Presidiu àquele órgão, em representação do Estado Português, de 2005 a 2006.

Foi desde 1992 até 2005 membro do Conselho de Curadores da Academia de Direito Europeu, em Trier, primeiro, a título pessoal, depois, em representação do Estado Português.

De 1992 a 2018 foi Coordenador Científico dos Colóquios Luso-Espanhóis de Professores de Direito Administrativo. Desde 2018 é o Presidente português desses Colóquios sucedendo ao Professor Diogo Freitas do Amaral. Até 2018 houve já treze desses Colóquios em Universidades espanholas ou portuguesas.

É associado de várias associações científicas, como, por exemplo, a Vereinigung der deutschen Staatsrechtslehrer (Associação alemã dos Professores de Direito Público), o Institut International de Droits de l'Homme (Institut René Casin), Paris/Estrasburgo, a Fondation Européenne de Culture, a Fondation Jean Monnet pour l'Europe, o Institut International des Sciences Administratives e a sua Secção Portuguesa, a Heidelberger Gesellschaft für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (Associação de Heidelberg para o Direito Público Comparado e o Direito Internacional), o Foro Ibero-Americano de Direito Administrativo, o Instituto Iberoamericano de Direito Público e Administrativo "Prof. Jesús González Pérez", a Societas Iuris Publici Europaea (SIPE), a ECSA - Portugal (Associação de Estudos sobre as Comunidades Europeias e a União Europeia - Secção Portuguesa), a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, a Associação Portuguesa de Direito Constitucional, a Associação Portuguesa de Direito Público, a Associação Portuguesa de Direito Europeu (filiada na F.I.D.E. – Fédération Européenne de Droit européen), o Clube Humboldt de Portugal (Associação de antigos bolseiros da Fundação Alexander von Humboldt). É Presidente da Assembleia Geral do Clube Humboldt de Portugal e Vice-Presidente da Direção da ECSA – Portugal.

De 1992 a 1994 foi membro do Conselho Consultivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

É membro do Conselho Científico ou do Conselho de redação das seguintes revistas científicas: Direito e Estado (Portugal e Espanha), Rivista di Studi Politici Internazionali, European studies - The Review of European Law, Economics and Politics (Praga).

É também associado do Movimento Europeu (Secção portuguesa).

É desde 2019 membro do Conselho Consultivo do "Centre des Competences de Dusan Sidjanski", em Genebra, que funciona em ligação com o Global Studies Institute (GSI), da Universidade de Genebra.

3. Participação em processos de revisão constitucional, em reforma legislativa, em reforma administrativa, em atividade diplomática e na elaboração ou revisão de tratados internacionais ou europeus

Foi ouvido pela Comissão Eventual de Revisão Constitucional sobre as revisões da Constituição da República de 1992, 1997 e 2004.

Foi coautor de alguns diplomas básicos ou participou ativamente na definição de alguns regimes jurídicos fundamentais para a Democracia portuguesa: por exemplo, a Lei das Autarquias Locais, de 1977; o regime jurídico da concessão a privados da gestão de empresas públicas, em 1978, não concluído por mudança de governo; o regime jurídico da concessão da exploração por entidades não públicas de um canal da RTP, em 1981; o Código Administrativo de 1982-83, não concluído por mudança de Governo, e onde lhe ficara distribuída, entre outras tarefas, a redação do projeto do estatuto da região administrativa; o regime jurídico das fundações de Direito Público e das fundações de Direito Privado e utilidade pública, em 1988; o regime jurídico das privatizações e reprivatizações, na sequência da revisão constitucional de

1989; o Contencioso Administrativo, de 2002-2004; e a Lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das demais entidades públicas, de 2007. Presidiu à Comissão que entre 2012 e 2015 procedeu à revisão do Código do Procedimento Administrativo, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Fez parte da missão diplomática portuguesa que em 1972 participou na Conferência Internacional promovida pelas Nações Unidas e pela Cruz Vermelha Internacional em Genebra com vista à aprovação de dois Protocolos adicionais às Convenções de Viena de 1948 sobre Direito Internacional Humanitário. Essas Convenções viriam a ser assinadas em 1977.

Fez parte da Comissão Consultiva do Primeiro-Ministro para a Integração Europeia, que foi criada em 1991 para aconselhar o Governo na Conferência Intergovernamental que negociou o Tratado de Maastricht e para acompanhar a primeira presidência portuguesa das Comunidades Europeias, no primeiro semestre de 1992. Nesse âmbito, em colaboração com os Serviços Jurídicos do Conselho e da Comissão, participou na redação dos Tratados UE e CEE saídos da revisão de Maastricht, bem como de alguns outros importantes textos elaborados pelo Conselho, como, por exemplo, o reconhecimento dos novos Estados saídos do desmembramento da ex-União Soviética e da ex-Jugoslávia e a posição dos doze Estados membros relativamente ao referendo da Dinamarca sobre o Tratado de Maastricht que rejeitou aquele Tratado.

Antes e depois de 1974 participou na elaboração ou na revisão de Estatutos de muitas empresas que passaram a ser, ou já eram, empresas públicas ou participadas, designadamente, CTT, TLP (antecessora da PT), Brisa, Caixa Geral de Depósitos, Arsenal do Alfeite, Teatro Nacional de São Carlos.

De 1990 a 2008 foi Presidente do Conselho Fiscal do Centro de Informação Jacques Delors de Portugal.

Elaborou em 1998 para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em co-autoria com Paulo Otero e Jorge Bacelar Gouveia, uma série de estudos que vieram resolver problemas externos e internos (inclusive, de contencioso internacional) relativos à execução por Portugal da Convenção de Montego Bay, de 1982, sobre o Novo Direito do Mar. Esses estudos foram mais tarde publicados pelo Instituto Diplomático numa coletânea que tem por título “Portugal e o Direito do Mar”.

Em 2010 foi encarregado pelo Conselho de Ministros de coordenar a adaptação do regime português das golden shares ao Direito da União Europeia. Esse trabalho não teve seguimento com a mudança de orientação política do Estado Português na matéria.

4. Atividade de Jurisconsulto, Árbitro e Advogado

É Jurisconsulto sediado em Lisboa.

A pedido dos respetivos Parlamentos e Governos, aconselhou a Áustria e a Polónia na preparação da sua adesão à União Europeia. No que toca à Polónia, participou também na feitura de algumas leis básicas do País depois da sua democratização nos anos 80. Quanto à Áustria, teve também a seu cargo ações de formação de Diplomatas, Magistrados e Universitários daquele país em Integração Europeia. Atualmente aconselha a Sérvia em diversas questões de Direito Internacional.

Foi ouvido pela Comissão de Assuntos Jurídicos e pela Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

Entre 1984 e 1989 foi consultor do OCDE em matéria de reforma da Administração Pública de vários Estados Membros, tendo, nesse quadro, elaborado trabalhos quanto a Portugal, à Holanda e ao Japão.

É Árbitro em litígios nacionais e internacionais. Faz parte das listas de Árbitros do ICSID ou CIRDI (Centro Internacional de Resolução de Litígios sobre Investimento) do Banco Mundial, da Câmara de Comércio Internacional de Paris, do CAESP-Conselho Arbitral do Estado de São Paulo, da Câmara de Mediação e Arbitragem do Instituto de Engenharia – CMA-IE, Brasil, da Associação Portuguesa de Arbitragem, do Centro de Arbitragem Administrativa, do Centro de Arbitragem do Ministério da Justiça de Angola e do Centro Angolano de Arbitragem. Em 2008 foi indigitado pelo Estado Português para Árbitro da União Europeia no Tribunal de Recurso (“Appellate Body”) da Organização Mundial do Comércio.

Foi árbitro *ad hoc* do “Mercosul” (“Mercado Comum do Sul”) por indicação da República do Brasil.

É Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados de Portugal. Tem advogado em tribunais nacionais e internacionais, inclusive junto do Tribunal de Justiça da União Europeia, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e de tribunais arbitrais internacionais.

5. Distinções honoríficas

É Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique, por distinção concedida pelo Presidente da República de Portugal.

6. Línguas

É fluente em português, inglês, alemão, francês e castelhano. Tem bons conhecimentos de italiano.

7. Contactos

Av. Álvares Cabral, 84, 2º
1250 – 018 Lisboa, Portugal
Tel.: (351) 21 3703600
Fax: (351) 21 3882554
Tm.: (351) 969033917
E-mail: faustoquadros@gmail.com
fquadros@ulisboa.fd.ul.pt